



---

## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE BELÉM

Ata da 2ª Sessão Ordinária / 26 de junho de 2019

## PREÂMBULO

---Aos **vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezanove** realizou-se, pelas **vinte e uma horas e trinta minutos**, nas instalações do **Centro Social de Belém**, a **2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2019**, convocada nos termos legais, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

---**Ponto 1** – Intervenção do Público; -----

---**Ponto 2** – Apreciação e aprovação da ata da sessão de 12/03/2019; -----

---**Ponto 3** – Apreciação e aprovação da ata da sessão de 24/04/2019; -----

---**Ponto 4** – Período antes da Ordem do Dia; -----

---**Ponto 5** – Apreciação do Mapa de Pessoal para 2019 (1ª alteração); -----

---**Ponto 6** – Apreciação e ratificação de contrato entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, IP); -----

---**Ponto 7** – Apreciação e aprovação de Protocolo com a produtora UAU para apresentação da exposição Meet Vincent Van Gogh, a realizar no Terreiro das Missas; -----

---**Ponto 8** – Apreciação e aprovação do procedimento de seleção para a atribuição de Licenças de Ocupação do Espaço Público para equipamentos adaptados para o exercício de atividades de restauração e bebidas e venda ambulante de carácter não sedentário em zona EVENE da freguesia de Belém; -----

---**Ponto 9** – Apreciação e aprovação das alterações ao Regimento dos Clubes Paula Vicente para o ano letivo 2019/2020; -----

---**Ponto 10** – Apreciação e aprovação do Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família 2019/2020; -----

---**Ponto 11** – Informação escrita do Presidente. -----

---A sessão foi presidida por Luís Branco da Silva (PSD), e secretariada por Margarida Maria Olazabal Cabral (PSD), Primeira Secretária, e José Alberto Gomes Pascoal (PSD), Segundo Secretário. Além dos elementos que integram a Mesa, compareceram os seguintes Eleitos: -----

---António Pedro da Fonseca Delicado (PSD)-----

---Maria da Conceição Spencer Quintino Matoso (PSD)-----

---Maria Judite Oliveira Cristas Macieira Fragoso (CDS-PP) -----

---Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques (CDS-PP)-----

---Maria Teresa Mourão de Almeida (PS)-----

---António Óscar Rio Machado Rodrigues (PS)-----

---Fernanda Maria Bingalinha dos Santos Paredes (PS)-----

---Pedro Jorge Dias Pimenta Rodrigues (PS)-----

---Josué Carlos Marques Caldeira (PCP)-----

---Registaram-se os seguintes pedidos de substituição: José Manuel Marques de Matos Rosa, Maria Antónia Bairrão Pombo dos Santos Rodrigues Balula Santos, Fernando Manuel Magiolo Magarreiro (PSD); Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP); Nuno Paulo Marques Esteves (PCP). -----

---Constatada a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou aberta a sessão. -----

## PONTO PRÉVIO

### --- Josué Caldeira (PCP) ---

Eu quero apresentar dois documentos. Eu ia falar de um primeiro, que é o voto de pesar, e depois, não sei se falaria ou apresentaria a proposta de deliberação.

Todos terão vivo conhecimento de que faleceu há dezasseis dias Rúben de Carvalho. Rúben de Carvalho foi um homem muito ativo, foi um homem de Partido, foi um homem do Partido, mas eu creio que toda a vida política de Rúben de Carvalho, que provavelmente será mais interessante para uns do que para outros, é complementada por uma vida de cultura, um homem de cultura, um homem da informação, um homem do jornalismo, um homem das artes, que não pode passar despercebido a nenhum de nós, e nomeadamente à população da cidade de Lisboa. Era esta dimensão que eu gostaria de sublinhar.

Vários títulos da imprensa de Lisboa têm a mão do Dr. Rúben de Carvalho, várias iniciativas na área cultural tiveram a mão do Dr. Rúben de Carvalho – lembramos, por exemplo, da Capital Europeia da Cultura, da qual o Dr. Rúben de Carvalho fez parte das comissões executivas, o próprio CCB, por onde o Dr. Rúben de Carvalho passou, e vários eventos culturais na cidade de Lisboa. O Dr. Rúben de Carvalho tinha uma dimensão, falava com tanto à vontade e tanto conhecimento da música popular norte americana, como do fado da cidade de Lisboa.

O falecimento do Dr. Rúben de Carvalho é uma perda para o Partido Comunista Português, mas eu creio que é uma perda também para os lisboetas. Esqueci-me de referir que Rúben de Carvalho foi Vereador da CDU na Câmara Municipal de Lisboa no período de 2005 a 2013. E eu creio que estes apontamentos que são desenvolvidos na nota de pesar que apresentamos são justificativos da iniciativa que tomamos, de propor à Assembleia de Freguesia de Belém tomar a palavra sobre o voto de pesar pelo desaparecimento e falecimento do Dr. Rúben de Carvalho.

### --- Diogo Henriques (CDS-PP) ---

O CDS-PP acompanha o pesar pela morte do Dr. Rúben de Carvalho, não necessariamente por ser um homem do Partido, mas exatamente por toda a vertente cultural e pela forma como cultivou amizade e solidariedade com pessoas, independentemente de qualquer âmbito político ou partidário. E essa é uma referência que, de facto, fica na memória de todos nós que o conhecemos – de todos que o conhecemos. Pedia apenas ao eleito pelo PCP, na alínea d), a dolorosa perda, ao Partido Comunista Português, família e amigos do Dr. Rúben de Carvalho. É proposto pelo PCP, mas juntar a família e amigos, que são muito para lá do Partido Comunista Português.

### --- Teresa Almeida (PS) ---

Eu só queria também dizer e afirmar que nos solidarizamos com este voto de pesar. Pessoalmente, conheci e tive ocasião de trabalhar, quer quando ele foi eleito para a Câmara de Setúbal, que

---

também fui eleita na mesma altura e fazia parte do Executivo, e portanto, ele era um destacado líder da Oposição, durante um tempo, e depois, quando trabalhei na Câmara Municipal de Lisboa, também Vereador da Câmara de Lisboa. E portanto, também o meu apreço pessoal pela figura de Rúben de Carvalho, e obviamente que entende o Partido Socialista que é devido este reconhecimento.

**--- Margarida Cabral (PSD) ---**

Só corroborar o que já disse o CDS, também o PSD obviamente se solidariza com a morte de Rúben de Carvalho, não tanto, obviamente, pelo que ele representa para o Partido Comunista, mas pelo que ele representa para Portugal e para a cultura portuguesa.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Só para dizer que aceito a proposta de alargar à família e aos amigos, além do Partido Comunista Português, tem toda a razão.

*Colocado a votação, foi o voto de pesar pelo falecimento do Dr. Rúben de Carvalho aprovado por unanimidade.* -----

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Eu aqui, se calhar, sugeria, dada a importância e a particularidade que esta proposta tem para a Assembleia de Freguesia, tentando não ser muito maçudo, iria promover o texto da deliberação.

Como nós sabemos, na última sessão da Assembleia de Freguesia votámos – creio que por unanimidade – a autorização para o estabelecimento de um contrato de delegação de competências, formalizado entre a Junta de Freguesia de Belém e a Câmara Municipal de Lisboa. Este contrato de delegação de competências refere-se, ou diz respeito, a um conjunto muito importante de temáticas para a vida da freguesia, que vão desde a qualidade de vida, o espaço urbano, o ordenamento territorial, o apoio às famílias nas reparações da habitação, num conjunto muito largo de questões que são muito relevantes para a freguesia. A cláusula um do contrato desenvolve essas temáticas, por exemplo, o programa “Bairro 100% Seguro”, a “Escola 100% Segura”, um conjunto de iniciativas.

Acontece que esse contrato de delegação de competências é também acompanhado com um pacote financeiro que não é nada irrelevante, é quase um vírgula um milhão de euros (1.100.000€) que acompanha o contrato de delegação de competências para a Junta de Freguesia de Belém. E portanto, esta dimensão financeira – que não é, obviamente, de somenos – reforça a importância de acompanharmos o programa de ação que está subjacente ao contrato, a sua gestão, e acompanharmos também os seus impactos e a sua monitorização. Aliás, a execução física e financeira do contrato é sujeita a um sistema de acompanhamento e monitorização específico, consubstanciado – está referido no contrato – na apresentação, por parte da Junta de Freguesia, de relatórios trimestrais de avaliação da execução do protocolo.

E por último – e é o que justifica esta proposta de deliberação – compete à Assembleia de Freguesia, como sua competência própria, exercer o acompanhamento e a fiscalização da atividade da Junta de Freguesia.

E neste sentido, nós fazemos três propostas aos restantes membros da Assembleia de Freguesia, que consubstanciarão uma deliberação a votar e a apresentar depois à Junta de Freguesia.

E as propostas são as seguintes:

*“O eleito do PCP propõe que a Assembleia de Freguesia delibere:*

*a) A Junta de Freguesia deve fornecer à Assembleia de Freguesia a documentação com a identificação e a caracterização das intervenções acordadas e a realizar por parte da Junta de Freguesia, no âmbito do contrato de delegação de competências, e esta documentação deverá ser entregue à Assembleia de Freguesia antes da próxima Assembleia;*

*b) A Junta de Freguesia deve fornecer à Assembleia de Freguesia a documentação com informação relativa às intervenções a realizar no âmbito deste contrato que impliquem custos futuros de gestão e manutenção, de espaços ou de equipamentos, bem como a respetiva estimativa de custos;*

*c) A Junta de Freguesia deve fornecer à Assembleia de Freguesia qualquer dos relatórios trimestrais de avaliação da execução física e financeira das competências delegadas. As cópias dos relatórios devem ser enviadas para apreciação da Assembleia de Freguesia imediatamente seguinte à data do envio de cada relatório à Câmara Municipal.”*

E portanto, é esta a proposta: em sumário, fornecer à Assembleia de Freguesia as intervenções, o programa de ação que está subjacente ao contrato, fornecer as ações que fazem parte desse programa de ação e que comportam custos de gestão e de manutenção, e fornecer à Assembleia de Freguesia os relatórios trimestrais de execução.

Creio que esta deliberação valoriza a função da Assembleia de Freguesia, respeita as suas competências próprias e reforça o seu poder na defesa dos interesses das populações.

**--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---**

Eu não percebo muito bem se vamos votar isto agora, ou não, uma vez que ainda estamos antes da intervenção do público. O CDS-PP também tem duas moções que gostaria de apresentar. Muito obrigado.

Em relação a isto, ao contrário da proposta anterior, o CDS não acompanha a proposta do Partido Comunista Português, por duas razões. Posso estar enganado, e se calhar, com mais tempo para estudar isto, poderia perceber melhor, mas, se bem percebo, os relatórios trimestrais que já estão previstos servem exatamente para serem fiscalizados pela Câmara Municipal de Lisboa, para dar lugar a novas verbas, ou continuação das verbas para a Junta de Freguesia, para continuar as obras, a receber as obras. Ora, no meio deste contrato que está assinado, criar mais um nível de apreciação, não vai ajudar, nem a que o processo seja mais rápido, nem mais eficiente, nem sequer mais transparente, porque ao trazermos para uma fiscalização da Assembleia de Freguesia – que, diga-se de passagem, ocorre uma reunião da Assembleia para esta apreciação, que neste caso, atrasa, ou então fica simplesmente para as próximas, e então não tem efeito, parece-me que é pôr mais uma questão desnecessária, quando a questão que nos interessa mais é a

eficiência disto. Ora, se o contrato já tem normas de fiscalização, que são, neste caso, da Autarquia de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa – e eu percebo que, se calhar, possa não confiar na Câmara Municipal de Lisboa, muitas vezes eu também não confio, mas não é esse o ponto que nos traz aqui. Acho que devemos, sim, exigir a prestação de contas no final, do que é que foi feito e como é que foi feito, inclusivamente porque, deixe-me dizer-lhe, o nosso papel de fiscalização é em relação à Junta, mas o nosso papel de fiscalização política também é em relação à Câmara, e como é que são concluídos os contratos. E portanto, a nossa apreciação deve ser não só do trabalho que é feito pela Junta, mas também da forma como a Câmara corresponde àquilo que foi contratado. E por isso, desta vez não acompanhamos o Partido Comunista Português.

**--- António Delicado (PSD) ---**

Efetivamente, a nossa leitura vai também em idêntico sentido àquilo que foi agora expresso. Efetivamente, o quadro legal e o quadro contratual definem já as necessárias formas de fiscalização nestas matérias, e parece-nos que introduzir modos, no fundo, de reforçar essa fiscalização parece algo desnecessário, e muito provavelmente contraproducente. Nós conhecemos já muitas circunstâncias em que na vida política se envereda por fiscalizações, ou soluções demasiadamente onerosas, que acabam por cilindrar muitas vezes os esforços que são feitos no terreno, e a prática e a execução daquilo que são os resultados que chegam às populações. E portanto, preferimos que a Junta de Freguesia e a Câmara se concentrem na execução dos contratos, com a natural fiscalização do contrato, como já foi referido, ao invés de se concentrarem em sistemas de *reports* e outros que, obviamente, têm que existir, mas não em excesso. É essa a nossa posição.

**--- Fernanda Santos (PS) ---**

Nós, PS, gostaríamos de acompanhar esta proposta de deliberação, que, aliás, vem no sentido do que já havíamos requerido, que houvesse, de facto, um melhor planeamento da execução deste contrato, que fosse dado a conhecer à Assembleia, uma vez que as atribuições que estão previstas deixam um espaço significativo para uma decisão por parte da Junta de Freguesia, de como aplicar estas verbas dentro dos referidos programas que estão previstos, e portanto, para nós seria desejável, realmente, conhecer previamente o plano e o planeamento da Junta em relação a essas mesmas atividades a desenvolver, assim como um acompanhamento da sua execução. É claro que estamos abertos para que possa não ser uma avaliação trimestral, dentro das possibilidades do Executivo, no tempo que lhe seja mais conveniente, mas, efetivamente, consideramos que para a nossa ação fiscalizadora é importante termos os documentos necessários para acompanhar a execução deste contrato com a eficiência que é desejável, e principalmente para os fregueses.

**--- Presidente do Executivo ---**

Sobre esta moção, porque é o que acaba por se tratar, fiquei um pouco estupefacto, ??? essa intervenção, está na Oposição, com um elemento apenas, tenta criar a ideia de que são muitos, e que fazem muito trabalho. Eu percebo isso, tudo bem. Mas, já não é a primeira vez. Eu estou a falar, eu tenho o direito de expressão, pública e livre, graças a Deus, não estou na ex-União Soviética. Eu já estive preso pelos senhores em 1975, percebe? Portanto, eu posso falar agora, num país livre, com o 25 de novembro.

O que eu lhe estou a dizer é que eu percebo isso que os senhores querem fazer, e que vai falar a seguir, porque nós temos, como os senhores, liberdade de expressão. Agora, o que eu queria dizer é o seguinte: é que as delegações de competências, neste momento, têm dois lados: o lado da Câmara e o lado da Junta de Freguesia. Não são as primeiras que temos, e está já regulamentado, e mais que regulamentado. E a fiscalização da Assembleia mantém-se, como é evidente, está na Lei. Agora, estar a inventar mais procedimentos, eu percebo, a ideia é criar-nos mais dificuldades para que as coisas não funcionem. Nós queremos ter maior flexibilidade de gestão, para podermos resolver os problemas das pessoas com essas verbas da delegação de competências, que nos vêm ajudar a resolver muitos problemas aqui da nossa freguesia, com maior eficácia.

E por isso mesmo, estranho, porque não serve para nada senão, do meu ponto de vista, para complicar, porque isso já existe na Lei, esse tipo de situações, e no referente aos protocolos, está tudo nos relatórios trimestrais. Ou é por não ter experiência, mais uma vez, o Sr. Membro do Partido Comunista não tem muita experiência autárquica, e portanto, não sabe como é que isto funciona. É que é mesmo assim. Ouça também um bocadinho quem já tem mais experiência nestas lides, já ando cá há mais tempo, e talvez isto possa ir melhorando. Agora, pronto, o que é que lhe hei de dizer? Isto é ??? já temos mais fiscalização, nós não recebemos mais tranches enquanto não justificarmos as verbas já entretanto utilizadas. Existem relatórios para esse efeito. O que é que querem mais? Querem que vamos ao notário, para verificar se está tudo bem? Por amor de Deus.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Nós não nos podemos esquecer que nós estamos numa Assembleia de Freguesia, isto não é um órgão misto. E nós estamos a decidir uma coisa que é do foro exclusivo da Assembleia de Freguesia. Esta é uma proposta de deliberação da Assembleia de Freguesia. Portanto, eu não percebo esta intervenção esdrúxula do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, quando intervém numa matéria que não é do seu campo de intervenção.

**--- Presidente da Mesa ---**

Posso esclarecer? Há mais de dez anos que exerço funções em Mesa de Assembleia de Freguesia, e sempre foi prática corrente dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta sempre que a queira tomar. E enquanto eu estiver à frente desta Mesa, assim acontecerá e continuará sempre a acontecer. Nunca cortarei a palavra a quem a quiser tomar, nomeadamente ao Sr. Presidente.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

A proposta que o PCP faz não cria, mas não cria mesmo, um centímetro quadrado de papel adicional – um centímetro quadrado de papel adicional; tudo aquilo que nós propomos está previsto no funcionamento normal daquele contrato de delegação de competências. O que nós defendemos é uma coisa que não estava prevista explicitamente no contrato, nem foi referida aquando da sua aprovação. Se eu vos perguntar: o contrato envolve um volume de financiamento de um vírgula oitenta e oito milhões de euros (1.088.000€) para a Junta de Freguesia de Belém, dos quais seiscentos mil euros (600.000€) estão previstos para intervenções no âmbito do Programa “Bairro 100% Seguro”. Alguém daqui sabe uma iniciativa que vai ser desenvolvida neste

programa? Uma iniciativa? Alguém daqui sabe uma iniciativa que vai ser desenvolvida no que diz respeito à “Escola 100% Segura”? A única coisa que a nossa proposta diz é que a Junta de Freguesia teve de negociar com a Câmara Municipal – e eu acho que a negociação terá sido certamente, dos dois lados, de boa fé – e onde a Junta de Freguesia propôs um conjunto de intervenções que consubstanciam o plano de ação destes um vírgula oitenta e oito milhões de euros (1.088.000€). Portanto, o que nós pedimos é que essa informação seja transmitida à Assembleia de Freguesia.

Depois, dentro desse pacote de intervenções, há intervenções que têm uma particularidade: é que são intervenções que podem necessitar de recursos futuros para a sua gestão e manutenção, e consta especificamente no contrato. Pois o que nós queríamos saber é quais são essas intervenções.

O contrato de delegação de competências tem também previsto a elaboração dos relatórios trimestrais; o que nós apenas dizemos é assim: então, criamos a rotina de esses relatórios trimestrais nos serem fornecidos, mais nada. Não há um milímetro quadrado de papel a mais.

**--- Fernanda Santos (PS) ---**

Sr. Presidente, já agora, só para perceber: desta informação que aqui foi referida pelo representante do Partido Comunista, qual é que vai ser fornecida à Assembleia de Freguesia, independentemente da aprovação, ou não, desta deliberação? Sem esta deliberação, esta informação vai, ou não, ser fornecida à Assembleia de Freguesia?

**--- Presidente do Executivo ---**

Por isso é que eu digo que isto é chover no molhado, porque tudo o que está aqui a pedir, de outras formas, naturalmente que vocês vão ter esta informação toda. Agora, não vos vou dizer que vou arranjar mais três campos de *fitness*, ou mais um material que se estragou, ou mais isto, não se pode saber, porque isto é uma manutenção constante, diária, desses equipamentos. Agora, no final, hão de ter essa informação, vão ter essa informação no final.

*Colocada a votação, foi a proposta de deliberação apresentada pelo PCP rejeitada (votos contra do PSD e CDS-PP, votos favoráveis do PS e PCP). -----*

**--- Presidente da Mesa ---**

Entretanto, chegou-me aqui uma moção, presente pelo PSD, associado ao CDS. Não sei se alguém dos apresentantes quer tomar a palavra sobre a moção. Foi distribuída pelos presentes. Conhecem-na? Já leram? Se não querem discutir sobre ela, eu tenho que a pôr à votação.

**--- Teresa Almeida (PS) ---**

Bom, eu pensava que ia haver uma explicação, porque, efetivamente, o que está aqui escrito não nos informa o que é que, efetivamente, era esta proposta, e como é que ela é impeditiva de ser colocada naquele local, e pede até solução ou alternativa de outro local. Mas, pelo que nós vemos, não conseguimos perceber o que era, e por que é que é inconveniente.



**--- Presidente do Executivo ---**

Tem toda a razão. Vamos lá ver, isto neste momento está numa fase ainda pré ??? A Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto, há uns dias, de uma forma mais ou menos informal, na Assembleia Municipal, apresentou esse projeto que estava a elaborar, e perguntou-me o que é que achava, para se colocar isso ???, em frente à ???. Eu pensei que era uma coisa periódica, que se punha lá durante uns dias, umas semanas, mas pelos vistos não, é mesmo para manter definitivamente naquele local. E nós, geralmente, só temos na zona ribeirinha dois locais polivalentes para ações de desporto e de cultura que se fazem no coração de Lisboa, que é o Terreiro das Missas, e que é esse ??? Terreiro das Missas, que é essa zona ??? porque se fazem lá muitas coisas, ações de sensibilização para o desporto, no Dia do Desporto, e por aí fora – ainda no outro dia encontrei lá o Presidente Medina a andar de bicicleta ??? coisas assim do género. Está livre para se fazerem iniciativas várias, promocionais de modalidades, atividades culturais ou outras atividades de lazer. E a própria Câmara tem feito lá vários. Eu disse à Vereadora que estávamos completamente contra, como é evidente, porque íamos estragar uma zona ribeirinha definitivamente, que é usufruída por todos, e ia passar a ser só usufruída por alguns. E ela disse: ??? mau temperamento, eu calculei logo o que é que se passava, ??? zona ribeirinha ???. Estive a pensar nisso e, entretanto, contatei os donos da Livraria ???, que são a entidade executora, ??? de instalar esse equipamento, ele recebeu-nos, eles perceberam, fomos para o terreno, andámos a ver vários locais, nomeadamente em frente à Universidade Moderna, naquele sítio, mas depois fomos a outro lado, eles pediram, porque inicialmente tinham pensado naquele local em frente à Estação Marítima de Belém, mas iam estragar o relvado que está lá, e eu tenho dito às pessoas para deixarem estar os relvados, que temos muito poucos relvados.

Mas, então, chegámos a uma conclusão, que havia uma parte que é muito pouco utilizada, que é mais para trás ??? nesse parque mesmo ao lado, mesmo ali juntinho ??? e portanto, permite depois ter essa instalação e ter relva, e ficava muito bem, para ações que se façam ali, de leitura, declamação de poemas, e outras. Ficava bonito, ficava ali instalado. Chegámos a essa conclusão, nós ???, e fomos falar com a Catarina Vaz Pinto, e ela, tudo bem, mas ??? Arq.º Manuel Salgado, porque a Catarina Vaz Pinto diz que o Arq.º Manuel Salgado não quer. Desculpe lá, ele também não é o dono disto tudo, temos de ver o que é que se passa; são outros tempos, vamos ver o que é que se passa. Eu disse que não pode ser, estragar a nossa freguesia, porque é um espaço que existe e que é usufruído pelas pessoas, quererem privatizar ??? conservação dessa instalação, ??? para jogar futebol ??? azulejos ??? fazer nada ali, acho que é uma má ideia. Pronto, e ficámos assim.

Entretanto, já falei com a Catarina Vaz Pinto, fomos falar com o Sr. Presidente da Câmara, e já ficou sensibilizado para essa matéria. O Sr. Presidente da Câmara disse que ia ???, mas quer o Sr. Presidente da Câmara, quer o próprio Chefe de Gabinete também, estão neste momento a ver a situação, sabe que nós estamos contra isso, eles conhecem a situação, é que isso vai estragar mais um local que nós temos para nós todos podermos usufruir, e nós desenvolvemos atividades da freguesia naquele sítio, e não vamos poder desenvolver se for lá instalado, porque fica única e exclusivamente para aquela finalidade, para sempre. Se fosse uma coisa provisória, mas aquilo são situações em que fica monopolizado, e que numa semana tem uma coisa, noutra semana tem outra, estão sempre a ser renovadas as várias atividades, é uma espécie ??? atividades específicas.

Portanto, não é pôr em causa a utilidade da instalação, isso é subjetivo, por acaso até acho bonita, e que fica bem, acho que é interessante, era uma mais valia até para a nossa freguesia, mas também lhes disse que se fizerem tanta questão numa coisa daquelas, então façam em Alcântara, ou ao pé do prolongamento da passagem aérea em frente à FIL, está lá um quadrado, façam lá, porque nós já não temos quase relva nenhuma; façam também em Alcântara, que está cheio de relva. Mas, é o som da ponte, o som da ponte – tenham lá santa paciência.

Nós temos duas propostas, uma que eles preferem, que também acho que ficava muito bem neste local, há essa alternativa, que é um local bastante ????. E neste momento, o que é que lhes pedia, o que é que nós pedíamos? Era que a Assembleia de Freguesia fosse recetiva a esta nossa ideia, porque, de facto, estamos em risco de perder um local que nós todos utilizamos no dia a dia – passo várias vezes ali de bicicleta, de carro, e vejo as atividades que são ali desenvolvidas, e que deixam de poder ser desenvolvidas ali se tiverem aqueles dois ???, que simbolizam, aliás, ??? ali naquele sítio. Aquilo até é bonito, atenção, ???.

Portanto, a situação foi esta, está tudo ainda no campo informal, mas eu sei como é que estas coisas são feitas, e sei como é que o Sr. Vereador Manuel Salgado atua. Portanto, é ver o quanto antes se a Assembleia de Freguesia, como representante dos munícipes desta zona da cidade, toma uma posição para se juntar às nossas preocupações junto da Câmara, para que isso não se torne uma realidade. Eu acho que o Sr. Presidente está sensibilizado para isso, tenho esperança disso, mas há outra força se tivermos o suporte aqui da Assembleia de Freguesia, porque, de facto, depois pode ser já tarde demais, estar aquilo ocupado já com aquela instalação, e perde-se mais um local em frente ao Tejo para desenvolvermos lá várias atividades, como temos desenvolvido até agora.

#### **--- Presidente da Mesa ---**

Eu sou generoso em relação à liberdade de que todos possam tomar a palavra, mas pedia a todos alguma compreensão, para que fossem tão céleres quanto possível, porque senão isto pode estender-se para outro lado. ??? consciência às moções que foram presentes, porque temos público que eventualmente quer intervir, e isto já se faz estender demasiado, de forma a que pedia a todos essa colaboração. Pedia também para que cada interventor se identificasse ao início, porque eu não tenho aqui a pauta, e nem sempre lembro os respetivos nomes.

Depois, também só uma nota explicativa, aqui para o Sr. Josué Caldeira, representante do Partido Comunista: tem toda a razão, e fez muito bem, se era essa a sua ideia e convicção, em fazê-lo e levá-lo à Mesa, e até o saúdo por isso. Mas, entretanto, chegou-me aqui uma pequena nota à Mesa, que nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 169/99, que está estipulado por participação de membros da Junta nas sessões, que o seu n.º 1 diz o seguinte: *“A Junta faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia de Freguesia pelo Presidente, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.”* Ficamo-nos por aqui.

#### **--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---**

Eu gostava só de transmitir ao Sr. Presidente da Junta que o CDS apoia esta moção, nem que seja porque todas as homenagens a Sophia de Mello Breyner Andresen terão sempre o nosso apoio – aliás, já era o Centro Cultural de Belém que ia celebrar o Dia da Poesia na Sala Sophia de

---

Mello Breyner Andresen. E já agora, Sr. Presidente, da próxima vez que estiver com a Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto, poderá talvez lembrar-lhe que Sophia de Mello Breyner Andresen não gostava, nem de incomodar, nem de obras, e quem diz isto é o mau feitio de quem é ??? do cunhado dela.

*Colocada a votação, a moção apresentada pelo PSD foi aprovada por maioria (votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PCP, abstenções do PS). -----*

## PONTO 1 – Intervenção do Público

### **--- Isabel Lopes da Silva (Munícipe) ---**

É o seguinte, eu vou só referir alguns pontos muito, muito concretos, que preocupam os fregueses.

Para já, na Rua Fernão Mendes Pinto, que é o limite paralelo à marginal, há uma paragem de autocarro, que tem lá um autocarro pequenino muito bom (59, salvo erro), que vai e vem, 79-B. A paragem que vai é perfeita; a paragem que vem de Algés está a milhas do Centro de Saúde e da bifurcação das ruas, daquele parque de *skate*, muito longe, no meio de umas casas abandonadas, etc. Eu tirei fotografias ontem, estive lá, porque é a minha rua, é onde eu moro, tenho ocasião de ver *in loco*. A paragem é lá ao fundo, as pessoas saem do Centro de Saúde, têm que andar para trás, longe, e não pode ser. Portanto, eu sugiro ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que interfira com a Carris para modificar só o posicionamento da paragem – é só isso – trazê-la para mais perto do Centro de Saúde. A do lado de lá está perfeita; aquela está afastada, e isso vai facilitar imenso às pessoas se deslocarem.

Outra questão é o próprio Centro de Saúde, que está votado ao abandono, ou seja, na zona circundante – são ervas secas que estão a crescer, que não são cortadas, aquilo parece uma coisa abandonada, se não soubéssemos que lá dentro funciona muito bem. Por isso, agradeço que tome providências para que sejam limpas as ervas daninhas altíssimas que desfeiam aquele prédio tão precioso para os fregueses de Belém.

Terceiro, o lixo continua a ser abandonado em certos pontos de Pedrouços – na Rua Praia de Pedrouços, na entrada, é no Largo Isabel Aboim Inglês, continua a acontecer. Eu bem sei que os fregueses se portam mal, atiram com os sacos, deixam-nos ali, mas tem que haver ação da parte da freguesia para que limpem, tirem o lixo e admoestem as pessoas. Eu não sei, não estudei essas técnicas, mas deve haver, com certeza.

Um quarto ponto, que me custa um pouco falar dele, mas vou falar, a pedido de muitas pessoas, que é o seguinte: é um pedido que não é muito social, não é para todos, é só para meia dúzia, são as motas. Há muita gente que agora chega ali à freguesia para trabalhar de mota, e as motas estão todas espalhadas – ali na Avenida da Torre de Belém, há uma aqui, duas ali, três ali, quatro ali. Foi sugerido por algumas pessoas daquele Café Império – não sei se todos os presentes conhecem – há um espaço ali onde se metem os carros que podia ser destinado a arrumar as motas, e assim a coisa ficava melhor, e aquele entrelaçado de linhas da Rua de Pedrouços e da

Avenida da Torre de Belém ficava liberto de motas nos cantos – um, dois, três, quatro cantos, é feio.

**--- Cláudia Moreira (Munícipe) ---**

O meu nome é Cláudia Moreira, eu resido no Bairro de Caselas, e tenho uma filha que estuda no 1.º ciclo da Escola de Caselas.

Eu já vim aqui anteriormente falar da situação das AEC's, e gostava de perguntar como é que está o ponto de situação relativamente a este assunto, dado que tomei conhecimento, através do Diretor do Agrupamento, tomámos conhecimento de que a gestão das AEC's neste próximo ano letivo seria feita através de uma empresa privada. E eu gostava de perceber se assim é, qual é que é o modelo de gestão, se é uma gestão partilhada da Junta com a empresa privada, ou se a Junta apenas vai fiscalizar o trabalho realizado. A minha filha anda na Escola de Caselas.

Relativamente ao Bairro de Caselas, nós temos um jardim infantil que está muito degradado, principalmente na parte do pavimento, e eu gostaria de saber se seria possível haver algum tipo de intervenção. E além disso, não sei se é possível colocar lá mais árvores, porque está ao sol o dia todo. Portanto, é quase impossível as crianças usufruírem daquele espaço.

E eu sei que muitas vezes os fregueses vêm aqui, vêm sempre fazer reivindicações, mas eu queria enaltecer também o trabalho da Junta no que diz respeito à organização das Marchas Infantis, que correram muito bem, as crianças adoraram, e enaltecer o trabalho dos funcionários da CAF de Caselas – e eu queria dizer o nome deles, o Hugo Nascimento, a Ana e a Mafalda, que foram incansáveis. E a nossa Junta pode estar orgulhosa, porque as escolas foram muito bem representadas.

**--- Presidente do Executivo ---**

Vou começar aqui pela D. Isabel, carreira de bairro 79-B, paragem distante da USF, vou ver o que é que se passa. Eu próprio pedi uma intervenção, e aliás, vamos fazer agora um reajustamento à rota – e já vou explicar por quê – mas estranho, porque uma das paragens obrigatórias, do que nós decidimos, era uma paragem na USF. Vou ver. Ouça, é a paragem da USF, bastava dizer que para um lado ou para o outro fica distante, vou ver o que é que se passa. É à vinda? À vinda é que fica distante? Eu vou ver, é a paragem da USF, vou ver o que se passa. O que eu quero dizer é que estivemos com a Câmara e com a Carris a definir o circuito e as paragens. É uma paragem, que é a chamada paragem da USF, que é mesmo o mais próximo possível. Vou ver o que é que se passa. Mas, um dos locais obrigatórios era a USF, primeiro aspeto.

Segundo aspeto ??? até parece que anda a fazer escutas, porque, de facto, foi isso que eu combinei agora, ainda agora estive a falar isso com o Diretor da USF, que ele me pediu para arranjarmos aquele sítio, e portanto, vamos fazer isso agora. Aquilo está muito mal, e de facto, já tínhamos tomado essa decisão, às vezes vamos ajudando, porque eles não têm verba para arranjar aquela zona verde ??? é muito difícil, e pedem-nos apoio. E portanto, já tinha falado à empresa de jardinagem para agora dar lá um corte, mesmo naquele jardim lá dentro, e à volta, para ficar mais decente. Tem razão, já está programado.

Depois, o lixo abandonado de qualquer forma, de facto, é uma vergonha o que se passa. Nós agora recebemos também verbas muito significativas para isto, vamos ficar responsáveis por algumas voltas, para ver se melhora isto. Os problemas existem, se apanharmos alguém a infringir as normas legais, vamos tentar que as pessoas sejam punidas, mas vamos ficar com um investimento agora – já passo a palavra aqui ao meu colega sobre esta matéria – em alguns meios materiais até, e vamos ter que andar também a apanhar algum lixo ??? porque aquilo tem sido terra de ninguém, para ver se isso fica mais definido. E por isso, já se articulou a Câmara com as Juntas de Freguesia, para nós também darmos essas voltas. Estamos a organizar-nos, ainda não estamos em pleno, mas estamos a pensar fazer isso. Há uma nova orientação, o Dr. Tiago Pessoa é quem tem esse pelouro ??? já vai falar sobre isso, quer com meios humanos, quer com meios materiais, vamos ter gente aqui só a cortar as ervas, e com novos meios que estamos a tentar arranjar para melhorar ??? inseticidas, que não podemos usar. Estamos a tentar arranjar um protocolo, que nós usámos, e que não temos conseguido ainda aproveitar, porque tem sido difícil, mas temos que tentar. Mas, ele já vai falar sobre essa questão do lixo, dos resíduos sólidos urbanos.

Quanto ao estacionamento das motas na Avenida da Torre, junto ao Café Restelo, vou ver ??? um sítio especial para motas, criar um sítio ???.

**--- Tiago Pessoa (Vogal) ---**

Apenas para complementar só aquilo que o Sr. Presidente também já referiu de forma bastante explicativa, mas na última Assembleia de Freguesia, como sabem, foram apresentados aqui os protocolos de delegação de competências na matéria da higiene urbana; aquilo que nós fizemos desde essa data até agora foi definir todos os circuitos para recolha de resíduos indevidamente colocados junto aos ecopontos – ecopontos subterrâneos ou à superfície – já estão os circuitos definidos, e esse serviço já está a ser efetuado. Portanto, julgamos nós que houve reforço agora de meios financeiros que o protocolo prevê, que vamos conseguir, de facto, o nível do serviço, ao nível da deposição destes resíduos, que na maior parte dos casos são indevidamente colocados junto aos ecopontos.

Coisa diferente são os resíduos que são colocados junto a contentores em geral, resíduos indiferenciados. E portanto, sobre essa matéria, há aqui também uma necessidade de termos algum reforço, mas está fora do protocolo. Mas, naquilo que forem os circuitos que estão definidos, onde a Junta puder atuar com meios próprios, irá fazê-lo, porque isso só beneficia todos os nossos cidadãos.

Relativamente à questão da limpeza de ervas ao longo de toda a freguesia, de facto, é um problema complicado que temos, e que se acentua mais nestas alturas do ano, da primavera, com um crescendo mais acentuado dessas ervas daninhas pela freguesia. Aquilo que já decidimos foi reforçar também com equipas próprias para fazer estas voltas, para fazer todo este reforço do corte de ervas que crescem na freguesia. Estamos também a ultimar esforços no sentido de realizar algum projeto-piloto de tratamento de ervas ??? junto ao Belém histórico, que foi aqui também apresentado numa outra reunião. E portanto, aquilo que a Câmara entendeu delegar nas Juntas de Freguesia relativamente ao reforço de meios, da parte da Junta de Freguesia de Belém nós estamos a fazer esforços no sentido de planear, reforçar os recursos humanos – e aliás, o

Mapa de Pessoal hoje traz aqui também uma proposta nesse sentido – reforçar os meios humanos e aplicar as verbas que foram atribuídas à Junta de Freguesia, no sentido de melhoria desta situação.

**--- Presidente do Executivo ---**

Ainda sobre esta parte, além destes meios humanos, vamos experimentar algumas máquinas que têm tido sucesso em algumas freguesias, como não podemos utilizar os herbicidas (alguns), vamos começar a usar umas máquinas agora, que dizem ??? as ervas, vamos tentar experimentar isso também, para ver se conseguimos, para os passeios. A nossa prioridade neste momento, e quero que saibam, é que, de facto, a nós também nos dói vermos as ervas em todo o sítio, e isso para nós é horrível. Por isso, vamos dar prioridade a essa matéria, vamos ter gente a *full time* só a tratar disso.

Quanto à D. Cláudia Moreira, agradeço-lhe as simpáticas palavras dirigidas aos funcionários, sobre as Marchas Infantis, que acho que correu muito bem também.

O jardim infantil, diz que está degradado, precisa de árvores – é o de Caselas, não é? Tivemos lá a ASAE, e não contava com grandes problemas. Mas, repare, é evidente que estamos sempre atentos, e cada vez mais, porque a responsabilidade é grande. Vou ver o que é que se passa, vou lá ver o que é que se passa.

É mãe de uma aluna do 1.º ciclo da Escola de Caselas: neste momento, não está cá a Dra. Helena Lencastre, está cá uma assessora; de qualquer forma, eu estou em condições de dizer o que é que se passa. O que se está a passar nas AEC's é responsabilidade do Agrupamento de Escolas, eles é que gerem as entidades para fazerem essas atividades. Nós temos estado disponíveis, mas já houve entidades privadas antes, e agora somos nós que estamos a organizar aqui as AEC's. Não é fácil, porque é uma hora, das quatro às cinco, em que é preciso pôr um professor. É difícil arranjar professores para isso, tem que ser através de uma plataforma que existe. Às vezes, as pessoas estão lá um, dois meses, e arrancam para outro sítio, e ficamos descalços, temos que ir buscar outra pessoa, e, entretanto, as crianças ficam sem aulas. É muito difícil. Neste momento, está-se a tentar arranjar outras formas; estamos neste momento a ver com a escola, não está nada decidido, mas uma das hipóteses que se põe, que talvez possa ser mais flexível, é, por exemplo, uma entidade privada, que pode ter mais flexibilidade para mudar o professor – um dia que saia um professor, no outro dia já está cá outro professor, não têm que estar sujeitos às regras a que nós estamos sujeitos. E por isso mesmo, essa é uma hipótese que se põe, de nós contratarmos uma empresa para gerir as AEC's, conjuntamente com o Agrupamento de Escolas, ou o Agrupamento de Escolas decidir delegar numa empresa privada, e a Junta fica de fora, pronto, e cada qual vai à sua vida, e o objetivo é que o sistema fique melhor do que está. Nós estamos com algumas dificuldades nesse trabalho, temos essas dificuldades ??? contratação, não é aquela flexibilidade como uma entidade privada, que num dia tem um professor, e no outro dia já lá está outro. Portanto, temos tido algumas dificuldades por isso, porque é uma hora por dia, ??? só em transportes e depois comer qualquer coisa, está tramado, não dá. Portanto, têm havido essas dificuldades, que estamos a tentar resolver. Não está nada decidido, mas em breve vai ter informação sobre isto.

**--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---**

Então, gostaríamos de propor apresentar esta moção, no fundo uma moção de protesto relativamente ao contínuo atraso das obras necessárias na Escola Secundária do Restelo, a questão da alocação das verbas destinadas para a segunda fase das obras não terem sido disponibilizadas. E portanto, exortamos o Sr. Ministro da Educação ??? comunidade educativa do Restelo ???.

Também gostava de referir que na Assembleia Municipal foi apresentada também uma moção nesta linha, que foi aprovada por unanimidade por todos os deputados municipais presentes.

*Colocada a votação, foi a moção apresentada pelo CDS-PP aprovada por unanimidade. -----*

PONTO 2 – Apreciação e aprovação da ata da sessão de 12/03/2019

**--- Judite Fragoso (CDS-PP) ---**

Eu não posso votar na ata em que não estive presente.

**--- Teresa Almeida (PS) ---**

Nós, neste ponto, temos tido uma intervenção que é sempre no mesmo registo, o registo sobre a forma como a ata é formulada. Esta, então, é uma daquelas que até penso que é deselegante para com o Presidente da Assembleia de Freguesia, porque começa: “Vamos, então, começar”. Quer dizer, é uma frase completamente descabida para uma ata. “Se calhar, podemos começar”, é assim que começa a ata. Eu penso que não há qualquer registo das recomendações que o Partido Socialista tem feito relativamente à forma como a ata é composta, lembramos que o Regime Jurídico das Autarquias Locais, no art.º 57.º, diz exatamente como é que uma ata deve ser, que deve conter um resumo do essencial que se tiver passado, indicando necessariamente a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e qual o resultado das respetivas votações. Portanto, isto está legislado, está expresso, e estamos cansados da forma como quem redige as atas – e o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia é aquele que nos propõe a votação – continua a permanecer – e como digo, esta, então, atinge a deselegância absoluta na forma como começa.

E portanto, nós vamos votar contra, e votaremos sempre contra enquanto as atas não começarem a ter a formulação que a Lei exige. Não é sobre o conteúdo da ata; é sobre o incumprimento daquilo que está prescrito na Legislação.

**--- Margarida Cabral (PSD) ---**

Só em resposta, posso acompanhar até essa ideia de que é deselegante, e acho que, de facto, deveria haver mais cuidado, mas só chamar à atenção de que na ata em minuta estão todas essas referências que a Lei exige. Portanto, isso está cumprido – ou seja, está a data, os documentos, o sentido das votações, etc. O resumo do que se passou, de facto, como nós decidimos que isto seria feito por transcrição, não é um resumo. Uma transcrição não é um resumo; é uma repetição

de tudo o que se passou. Agora, concordo consigo que se pode melhorar na forma; não me parece é que esteja a ser incumprida a Lei.

**--- Teresa Almeida (PS) ---**

Diz que a ata deve ter a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes. Isto não é a ata em minuta; isto é o rosto de onde é que a sessão se realizou, em que data, quem é que estava presente e quem é que estava ausente. Isto existe em todos os sítios – aliás, no mandato passado dei-me ao trabalho de trazer uma cópia de uma ata, que entreguei a quem a redigia, e que me agradeceu, na altura. Mas, como digo, tem vindo sempre a piorar, e então esta, nos termos em que se inicia, muito francamente, acho que isto é inconcebível.

**--- Presidente do Executivo ---**

Vamos lá ver, é evidente, isto não é sacudir a água do capote, mas isto é um trabalho que deve ser feito pela Mesa, e não por mim. O que eu sugiro – estou perfeitamente de acordo com a Dra. Margarida Cabral, está tudo dentro da legalidade; pode ficar mais bonito ou menos bonito, isso é outra história. E para ficar mais bonito, ou menos bonito, da próxima vez, se a Mesa estiver de acordo ??? mas, acho que pode haver um contato prévio, antes da reunião, com alguém da Mesa, e com o nosso pessoal de apoio, para se fazer ??? da ata. Isso aí, admito que se pode melhorar nesse aspeto. Eu próprio, e penso que a Mesa também vai transmitir isso ao Presidente da Mesa, ???.

**--- ??? ---**

Sr. Presidente, dada a minha ausência nessas duas reuniões, também não expressarei o meu voto nesta matéria.

**--- ??? ---**

Só registar o seguinte: nós acompanhamos as preocupações do Partido Socialista, e aliás, já é frequente o Partido Socialista intervir sobre esta matéria. Creio que a coisa se resolveria facilmente, com uma folha de rosto, com um conjunto de campos. Também concordamos que a ata ??? se alguma vez o Partido Socialista apresentar uma proposta nesse sentido ???.

**--- Presidente da Mesa ---**

Com tanto reparo, e eu acho que as pessoas, enfim, que apresentaram reparos têm razão, eu sou da opinião de que as atas sejam retiradas da votação, e se peça a correção do que for possível, e só depois, então, fazermos a votação. Se calhar, punha esta minha proposta à votação, se estiverem de acordo. Posso decidir? Então, assim está decidido, e pedia a colaboração ao Sr. Presidente, para junto da empresa, e se for preciso a colaboração da Mesa, obviamente estará disponível para o efeito. Na próxima serão presentes três atas à votação. Muito obrigado.

*Ponto retirado da ordem de trabalhos. -----*

PONTO 3 – Apreciação e aprovação da ata da sessão de 24/04/2019

---



Ponto retirado da ordem de trabalhos. -----

#### PONTO 4 – Período antes da ordem do dia

##### --- António Delicado (PSD) ---

De uma forma muito breve, para enaltecer um projeto específico que neste momento se encontra a ser desenvolvido na freguesia, que são os Eco-Campos, não pelo campo em si, pela utilidade que isso tem, que é enorme para os pais, que podem ter as suas crianças, e também no caso de idosos, num ambiente especialmente adequado, mas pelo seu impacto a longo prazo, que muitas vezes se fala da emergência climática, dos problemas ambientais, etc., mas encontrou-se aqui uma solução extremamente positiva, que marcará certamente estas crianças – e idosos também, naturalmente – que se veem a aproveitar todos os materiais, que utilizam materiais, ou biodegradáveis, ou que não são substituídos, etc. E portanto, gostaria de deixar aqui uma palavra de apreço por essa solução, e de louvor.

##### --- Teresa Almeida (PS) ---

Aquilo que eu queria colocar aqui tem a ver um pouco com a anterior proposta que o Partido Comunista apresentou, relativamente ao acompanhamento da aplicação das novas disposições que foram contratualizadas com a Câmara Municipal de Lisboa, a preocupação a que o Sr. Presidente respondeu, e entende que a Junta já faz essa prestação – e que nós também lembramos que na ata anterior também fiz uma intervenção, de que essa prestação não é aquela que nós gostaríamos de ter, continuo a achar que deve haver uma maior afetação entre aquilo que são as despesas, o plano de atividades, e como é que ele é cumprido, pode-se melhorar.

Mas, eu estou a fazer esta introdução porque houve uma auditoria do Tribunal de Contas ao exercício da Junta de Freguesia, que teve um desfecho, teve um relatório, esse relatório teve uma aprovação genérica favorável, mas com reservas, está publicado, e nós gostaríamos que ele tivesse vindo aqui, até porque ele foi remetido ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia. E portanto, acho que a Assembleia de Freguesia tinha que ter tomado conhecimento, e nós só nos apercebemos do resultado quando ele foi publicado e do conhecimento público, e pode ser consultado no *site* do Tribunal de Contas. Penso que teria sido interessante que, em dezembro, quando ele foi remetido à Assembleia de Freguesia, que nos tivesse sido feito um relato daquilo que tinha sido o conjunto de recomendações.

Acontece que essas recomendações têm um prazo de cento e oitenta dias para haver uma justificação da Junta de Freguesia, esses cento e oitenta dias estão a ser cumpridos agora – se foi a 13 de dezembro, quer dizer que a 13 de junho deveria ter havido um reporte para o Tribunal de Contas. E daí eu entender que nós devíamos tomar conhecimento desse reporte.

Portanto, aquilo que eu trago aqui é uma recomendação que, não hoje, com certeza que não há preparação da Junta de Freguesia para isso, mas que na próxima Assembleia de Freguesia nos seja feito um reporte sobre aquilo que foi o acolhimento das recomendações do Tribunal de Contas à Junta de Freguesia, que a parte que nos preocupa mais são aquelas que alertam para uma repetição sistemática de adjudicações de contratos à mesma empresa, e portanto, haver aqui uma

diversidade naquilo que são as contratações públicas – e portanto, com certeza que há de acolher a recomendação, ou justificar por que é que não entende fazê-lo, porque diz aqui no ponto 8, *“pugnando para que a celebração dos contratos seja sistematicamente precedida de procedimentos pré-contratuais de consulta ao mercado, de forma a garantir que a adjudicação recaia sobre a proposta mais vantajosa para o erário público”*, e não aquela que é feita sistematicamente a uma única entidade.

E portanto, também que se implemente um sistema de arquivo documental, que se proceda atempadamente ao registo contabilístico das fases de realização de despesa, que se implemente um sistema de controlo interno permanente e eficaz. E a nota, enfim, com algum humor, que gostava aqui de deixar, Ponto 12, que elabore as atas das reuniões da Junta de Freguesia, de modo a que o respetivo conteúdo se adegue ao exigido pelo art.º 57.º do Regime Jurídico da Administração Local. Portanto, o próprio Tribunal de Contas, no Ponto 12 das recomendações, alerta para as atas da Junta, mas nós aqui em Assembleia temos repetidamente chamado à atenção relativamente a esta desconformidade, está aqui, no âmbito de um relatório do Tribunal de Contas, também a recomendação para que seja feita essa adequação.

Portanto, resumindo, a nossa proposta e recomendação é que na próxima Assembleia de Freguesia haja, por parte da Junta, a súmula daquilo que foi a resposta ao Tribunal de Contas, no âmbito das recomendações e respetivas justificações.

#### **--- Presidente do Executivo ---**

Ainda bem que fala nisso, ainda não está completamente fechado o processo. O Tribunal de Contas, ao contrário do que aconteceu nos Olivais, que é uma Junta de Freguesia do PS, em que ainda não há decisão, e ao contrário do que aconteceu na Junta de Freguesia do Partido Comunista, em que ainda não há decisão, estranhamente a única que veio à baila foi a do PSD. Eu sei que houve problemas nas outras, mas ainda não vieram à baila, ou pelo menos ninguém disse nada. Mas, aqui nesta, já há uma posição favorável ??? o que foi bastante bom nesse aspeto. Obviamente que há sempre essas pequenas irregularidades, que posso dizer-vos que, no outro dia, numa Junta de Freguesia, União das Freguesias tal e tal, demoraram três dias a mandar o relatório para o Tribunal de Contas, e foram punidos cada um com quinhentos e tal euros, pessoas que nem têm ordenado, o Presidente e o Secretário da Junta. Só para terem uma ideia, não faltou nenhum dinheiro, mas era uma pequena irregularidade, houve ali três dias, ou quatro, que foi depois do relatório, e foram punidos por isso. Nós, há uma punição, isto é, o Tribunal de Contas tomou uma decisão, e geralmente mandava-se isso ??? faziam essas recomendações, e tal, e não acontecia nada. Agora, com esta questão dos políticos, mandam para o Ministério Público, para o Ministério Público tomar uma decisão. E o Ministério Público tomou uma decisão que, no nosso caso, estamos sem saber se havemos de contestar, ou não. Eu vou dizer-lhe uma coisa: eu já não vou contestar nada; eu vou pagar a parte que tenho que pagar, e acabou. Não houve falta de dinheiro, pelo contrário, mas com as pequenas irregularidades que dizem que houve, de alguma renovação de contrato, ou de uma falta de cabimento – não foi falta de cabimento, foi um pagamento ao mesmo tempo, que é diferente, porque quando foi feito o pagamento, já tinha o cabimento, mas não foi anterior, foi ao mesmo tempo. Este tipo de situações são pequenas irregularidades. De qualquer forma ??? e querem pôr os políticos a pagar. Tudo bem, pronto.

Agora, quanto às atas, atenção, ninguém nos dá lições de atas ??? minhas senhoras, com todo o respeito, o que é que querem? Nós só trazemos os projetos a Executivo quando já falámos anteriormente e sabemos que não têm grandes problemas. Portanto, não vamos inventar problemas para discussões ??? do Executivo, porque os projetos só são apresentados quando já estão dirimidas essas situações que poderiam criar alguma celeuma, tudo isso é clarificado antes. Portanto, o que interessa é que esteja assinado o conjunto de autorizações de despesas, de dinheiros, isso é que é fundamental. Agora, a história da carochinha, não tem que estar necessariamente, isso está mal – aliás, o artigo é subjetivo, e isso foi respondido na altura.

Agora, portanto, obviamente que houve algumas pequenas irregularidades, como é evidente, tenho muita honra pelo que nós conseguimos fazer com isto. Posso dizer-lhe que na Assembleia Municipal de Lisboa, o Bloco de Esquerda fez uma moção de apoio ao Presidente Fernando Ribeiro Rosa, da injustiça que foi o que aconteceu ??? eu não sabia que tinham isto no site do Tribunal de Contas ??? porque aquilo ia acontecer com qualquer Junta de Freguesia de Lisboa, e nós fomos os primeiros a calhar com a visita do Tribunal de Contas, numa altura destas. Mas, na parte que me toca, eventualmente vou pagar as vinte e cinco unidades que cada um devia pagar, como multa, e acabou. Estar agora a contestar, para quê? Porque aquilo são factos; houve ou não houve aquela irregularidade? Houve. Então, pronto. Isso não é só lá, é em qualquer processo em que fosse uma pessoa primária, era suspensa a aplicação da pena. Mas, acho que ninguém sabe como é que isto funciona, é uma coisa nova, ???. Portanto, não lhe vou dar esse prazer, vou pagar. Há colegas que ainda estão sem saber o que é que hão de fazer, se vão contestar, ou não. Não, eu vou pagar, porque não quero ter mais chatices.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Dado que houve uma votação negativa a propósito do que fizemos relativamente à informação do contrato de delegação de competências, o PCP vê-se forçado a formular um pedido de informação sobre o mesmo assunto, fazendo aqui, obviamente, a valorização de um direito, que é um direito dos membros da Assembleia de Freguesia, de acordo com o Regimento da Assembleia de Freguesia, relativamente à apresentação de pedidos de informação, bem como de pedidos de documentação necessária ao bom desempenho do mandato.

Pronto, e volto a dizer, esta questão é uma questão relevante, a questão deste novo contrato, quer pelas matérias sobre as quais o contrato incide, quer também pelo volume de investimento que ele comporta. Na nossa opinião, há informação que deve ser fornecida à Assembleia de Freguesia, que não foi devidamente ou oportunamente fornecida. E é esse o nosso pedido de informação. Não vou ler os considerandos, mas vou ler o pedido de informação.

*“O eleito do PCP formula o seguinte pedido de informação e de documentação, a ser respondido pela Junta de Freguesia de Belém: quais são as intervenções acordadas a realizar pela Junta de Freguesia no âmbito do contrato em cada uma dos programas municipais ??? do contrato (cláusula um do contrato de delegação de competências)? Segundo: quais são as intervenções a realizar no âmbito deste contrato de delegação de competências que a Junta de Freguesia identificou como geradoras de custos futuros de gestão e manutenção de espaços e equipamentos? Terceiro, e último: quais são as estimativas dos custos que a Junta de Freguesia apresentou no que se refere às intervenções referidas na alínea anterior?”*

Fazemos isto, sublinho, no exercício de um direito, e fazemos isto valorizando o papel que a Assembleia de Freguesia tem no quadro do seu desempenho e no quadro de acompanhamento das atividades da Junta de Freguesia.

**--- Presidente do Executivo ---**

Sr. Presidente, isto é o período de antes da ordem do dia; é o período de antes da ordem do dia. É porque houve um documento ??? foi negado pelos membros da Assembleia. Não, foi negado. Eu não tenho nada a dizer sobre essa matéria, foi uma coisa que há bocado já ??? aos membros da Assembleia de Freguesia, e sobre essa matéria não tenho nada para dizer. Sabe por quê? Só dizer isto: é que as delegações de competências são feitas para executar certo tipo de trabalhos que nos comprometemos a realizar. Há muitas dessas matérias que ainda não está definido se é ???. Percebeu? Só no final é que o senhor vai ver onde é que foram feitas esse tipo de beneficiações. Há coisas que, neste momento, ainda estão boas, que ainda não se estragaram, vão ter que ser arranjadas *a posteriori*, e irão aparecer no relatório. Percebe? Desculpe lá, pronto, eu encaro isto como falta de experiência nestas matérias.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Sr. Presidente, relativamente àquilo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse, eu não tenho nenhum comentário a fazer; tenho uma observação para fazer ao Sr. Presidente e à Mesa da Assembleia de Freguesia: é que isto é um pedido de informação. A informação existe, e eu espero bem que a informação venha. Isto é um pedido de informação que eu apresento à Mesa da Assembleia de Freguesia. Eu não sei qual é a estruturação, o desenvolvimento, não sei; esta informação existe.

**--- Presidente do Executivo ---**

Já respondi. É a minha resposta, já está respondido.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Simplemente, é só sublinhar isto, e tentando eliminar o que é possível eliminar dos ruídos: este é um pedido de informação que o PCP apresenta à Mesa da Assembleia de Freguesia. Então, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, eu peço que, da forma que considere mais adequada, peça ao Presidente da Junta de Freguesia que responda por escrito, independentemente da resposta que foi dada.

**--- Presidente do Executivo ---**

No fim do contrato. Os contratos são trimestrais, no fim responderei por escrito.

PONTO 5 – Aprovação do Mapa de Pessoal para 2019 (1ª alteração)

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

PONTO 6 – Apreciação e ratificação de contrato entre a Junta de Freguesia de Belém e o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, IP)

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----*

PONTO 7 – Apreciação e aprovação de Protocolo com a produtora UAU para apresentação da exposição Meet Vincent Van Gogh, a realizar no Terreiro das Missas

**--- Pedro Rodrigues (PS) ---**

Nós não somos contra iniciativas em espaços públicos na Freguesia de Belém, mas mais uma vez o que sentimos é que vem agora aqui mais um evento no Terreiro das Missas, e que nos parece que seja uma situação sempre um pouco avulsa, ou seja, não temos uma ação programada para este espaço público, ou para outros espaços públicos na Junta de Freguesia. Por exemplo, há bem pouco tempo teve um evento com bancadas, para um evento desportivo ??? e depois, o que estive a verificar é que, por exemplo, foi feito um reforço estrutural para melhoramento do Terreiro das Missas, um reforço estrutural ??? a parte desportiva estava colocada numa zona que não era a zona que tinha sido reforçada. Ou seja, penso que são situações um bocadinho avulsas, e que não existe, mesmo depois de terem sido feitas as obras que foram feitas, uma programação, pelo menos não nos demos conta. Sei que chegou hoje aqui essa identificação deste evento, mas acabam por os membros da Assembleia não terem a noção do tipo de acontecimentos programados que podem vir a acontecer neste espaço.

Não somos contra, nem intervenções no espaço público, nem ocupações do espaço público, sejam elas efémeras ou mais definitivas; somos contra, de facto, situações que depois não dignifiquem o espaço público. E por isso, também perguntava já de seguida que tipo de lógica e de programação tem também para os espaços que vão ser ocupados, aquele espaço de rulotes, de vendas, que também não percebemos se são programados, o número máximo de rulotes no espaço público. E portanto, temos assistido a um aumentar de rulotes nesses espaços públicos; se não gostamos de murais, também não gostamos de rulotes que estejam a vender produtos sem um certo controlo ao nível daquilo que é a qualidade desse mesmo ambiente e espaço público. Quantas mais rulotes é que estão previstas? No fundo, termos a noção de que tipo de programação é que é feita no espaço público, nomeadamente em zonas tão sensíveis como a frente ribeirinha, e tão apetecíveis, pelo visto, porque espaços públicos na nossa freguesia, temos muitos, não temos só aqueles dois espaços que foram referidos hoje; temos o Terreiro das Missas, temos muitos outros espaços públicos. Quais, Sr. Presidente? Só em frente à Avenida Portuense temos um espaço gigantesco, que é um espaço público. Isso não é um espaço público? Ouça, eu estou a falar de espaço público. Aquilo não é um jardim; é um espaço público onde decorrem atividades de espaço público. Mas, é só nesse sentido, tentamos dar a conhecer um pouco, de uma forma programada, aquilo que são as atividades que estão previstas para este Terreiro das Missas, para não acontecerem situações um pouco avulsas, como têm acontecido, e que não somos contra, dizemos já que não somos contra a introdução deste evento do “Meet Vincent Van

Gogh”, não somos contra, mas gostaríamos que não fossem situações numa lógica um bocadinho avulsa. E era só nesse sentido, e exortando o Sr. Presidente da Junta de Freguesia a dar a conhecer um pouco do programa e da organização.

**--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---**

Três questões relativas a este contrato: não temos nada contra este, em si, com a ocupação do espaço, que não é a primeira vez. Mas, exatamente por não ser a primeira vez, há algumas salvaguardas que eu gostava de ter a certeza que se têm em conta, atendendo ao que já se passou, e perceber também a questão financeira. Cinquenta mil euros (50.000€) são, obviamente, uma vantagem de receita para a Junta de Freguesia, mas sabendo que anteriormente era o dobro, não sei se o Executivo ??? ocupação, ou não, mas gostava ???.

Segunda coisa, existem custos para a Junta de Freguesia, que estão no acordo, que são os custos de manutenção da higiene urbana. E eu gostaria de perceber se são apenas residuais, ou se são custos para a Junta de Freguesia, e assim sendo, qual é o custo / benefício desta ação.

E por último, tendo em atenção o estado em que já no passado ficou o Terreiro das Missas por causa de iniciativas que ali foram realizadas, eu vejo com algum alívio que aqui está a obrigação da parte do promotor de deixar exatamente como estava. O que eu não vejo aqui é, nem uma garantia financeira – sim, seria um custo, mas é exatamente para termos a certeza de que aquilo é entregue como está – não vejo uma data para vistoria, não está prevista uma vistoria, de acordo com as condições de entrega do espaço, e tudo isto faz-me ter algum medo de que voltemos outra vez ao caso em que a zona fique danificada, e depois, o operador – apesar de ser o promotor ou a promotora conhecida na praça, e reconhecida por várias iniciativas, não é alguém que nunca mais encontramos, mas, de facto, gostava de ver aqui garantias de que, por um lado, o terreno não fica danificado, e se ficar, temos maneira de acionar rapidamente os trâmites para a sua reparação.

**--- Presidente do Executivo ---**

Bem, vamos lá ver uma coisa: se há pessoas que já deram garantias de tratarem bem deste espaço, somos nós, Junta de Freguesia de Belém, porque recebemos um espaço totalmente estragado ??? o Sr. Vereador Sá Fernandes estragou tudo aquilo, foram cento e cinquenta mil euros (150.000€) de prejuízo ???. Portanto, na altura, nós recebemos o espaço estragado, e fomos nós que o arranjámos; deram-nos cinquenta mil euros (50.000€), e o resto fomos nós que conseguimos arranjar aquilo. Obviamente, ajudou também essa verba do Kosmos, que foi aprovada com os votos contra do Partido Socialista, que também não teve qualquer garantia – isto é, a melhor garantia foi termos recebido a verba *ad initium*. Obviamente, aquilo para eles correu um bocado mal, não esteve todo o tempo, esteve lá metade do tempo, depois tiveram que acabar, porque o esforço financeiro foi muito, e tiveram alguns problemas. Para nós, estávamos salvaguardados, porque tínhamos recebido o dinheiro, também a instalação foi toda vista na altura, aquilo estava estragado, aquilo era depois para repor. Portanto, aquilo, quando foi instalado, estava nas condições em que estava, e depois era para ser posto como deve ser ???. Mas, já depois disso, mostrámos que o que nós fizemos estava correto, porque já cedemos, como parceiros, aquele terreno para as finais do torneio internacional de padel, que funcionou muito bem, que não ficou danificado, uma pequena parte que tinha ficado danificada foi logo corrigida.

E portanto, não houve quaisquer garantias, nem houve pagamentos, porque nós éramos parceiros. Foi uma forma de tentarmos ajudar a promover a modalidade em Portugal, e portanto, acho que era muito interessante, acho que foi uma proposta – e está aqui o Vogal do Desporto – uma proposta ganha, em que nós éramos parceiros, tínhamos alguns compromissos, nomeadamente na higiene urbana, nomeadamente com a cedência de água, a eletricidade não fomos nós, foram eles que tiveram que arranjar, mas foi fundamentalmente isso a nossa contrapartida. Agora ??? situação excecional também ???.

Agora, neste caso concreto, fomos abordados por uma entidade, por uma pessoa credível, que é o Tiago Dias, que eu não conhecia, mas que ??? do Tivoli, e que é uma pessoa que tem informações ??? super correta ??? que é uma pessoa com quem se pode negociar. E isso foi-me dito por várias pessoas ligadas à área, porque eu não o conhecia. E a própria Câmara Municipal de Lisboa deu-me *feedback* de que ??? Ministério da Cultura. Portanto, ??? Direção Geral do Património Cultural e a Câmara estão interessados ???. O que é que nós pensamos? Isto é uma instituição internacional muito importante, e que vem prestigiar a nossa freguesia tê-la aqui, ainda por cima podendo receber uma verba significativa. Perguntam: “Mas, no outro foi cem mil (100.000€), e neste são cinquenta mil (50.000€)? Muito bem, estou à vontade, e cinquenta mil (50.000€) é muito dinheiro ??? o Vereador Sá Fernandes queria aquele espaço para comemorar a Cidade Europeia Verde naquele sítio, e dizia: “Eu até pago os cinquenta mil euros (50.000€), se for preciso”, nós já estamos em negociações ???. Mas, o que interessa é que já houve um auto triangular, entre nós, a Câmara e a Direção Geral do Património Cultural, mas essas diligências cabem a eles, eles ficavam de fazer essas diligências. Agora, assinámos um protocolo, que hoje está aqui à vossa consideração, ??? à nossa freguesia, que é a higiene urbana, é a nossa contrapartida, está aqui uma cláusula, que é a cláusula cinco, que além de várias coisas, nós pensamos que podíamos pedir garantias, mas não pedimos à outra. Uma garantia é crédito, é caro, ??? a dizer que isso é caro. E a melhor garantia é ficar logo pago desde o início, essa é a melhor garantia, e foi o que fizemos das outras vezes. ??? instalação no local, por elementos nossos, ??? colocado, se não há danos. E isso fizemos com o padel, e correu bem. Agora, a higiene urbana é sempre uma das contrapartidas que nós fazemos neste tipo de casos. Aqui neste caso, vamos receber os cinquenta mil (50.000€), e vamos apoiar com a higiene urbana naquele período, posso dizer-vos ??? esses concertos agora, no Estádio do Restelo ??? higiene urbana cá fora – aliás, são coisas que têm que ser revistas mais tarde, este é um dos apoios que nós damos como contrapartida. Mas, agora, neste caso concreto, temos duas coisas ??? a primeira, é que vamos ter uma verba muito significativa para a nossa freguesia, que permite desenvolver outros programas, e não era fácil arranjar isto ??? não temos assim uma programação de eventos para o Terreiro das Missas. Há muita gente que nos pede, e nós temos que ser muito seletivos nisso, porque na maior parte das vezes as pessoas não querem pagar ??? passeios, e tal, mas isso é um caso ou outro ??? até para ajudarmos o desporto e apoiarmos essas iniciativas, uma exceção.

Agora, neste caso concreto, o que é que nós achámos? Que era bom termos esta iniciativa aqui em Belém, é prestigiante, é importante sob o aspeto cultural, temos contrapartidas de cerca de duzentos convites para nós podermos distribuir pelas nossas escolas, e não só, e temos essa verba de cinquenta mil euros (50.000€), que é muito significativa para nós. E depois, é o prestígio

de, realmente, termos isso na nossa freguesia, “Meet Vincent Van Gogh” ??? Barcelona ??? por que não? Se temos um espaço tão bonito ali em frente, em que nós recuperámos aquilo, temos todas as garantias, vamos ter logo o dinheiro na mão, para o caso de haver algum problema, mas além disso, temos uma garantia que para mim é fundamental, ??? eu sou jurista, sei ??? uma das coisas quando nós dávamos créditos no banco, era uma garantia, mas também era ??? estou a falar neste momento ??? . É uma ??? idoneidade da pessoa, e depois também as garantias, como é evidente. Mas, aqui também é importante a idoneidade da pessoa. Agora, prefiro ficar com o dinheiro do que ficar com as garantias, porque nós estamos atentos, se alguma coisa se estragar – penso que vai ser pouca coisa, no padel não se estragou nada, e a maior garantia é nós termos o acontecimento e termos logo o dinheiro desde o início. Agora, é, realmente, uma exposição importante, e a Câmara Municipal de Lisboa e a Direção Geral do Património Cultural ??? isto não avança se não tiver o aval destas entidades.

E é isso que eu vos queria transmitir e pedir o vosso apoio, porque isto é fundamental, isto convém ser aprovado hoje, porque senão ??? mais processos que eles têm que desenvolver ???.

**--- Diogo Henriques (CDS-PP) ---**

Muito rapidamente, Sr. Presidente, deixe-me dizer ao Sr. Presidente da Junta que, como eu tinha dito na minha primeira intervenção, a questão não é qual é a nossa contrapartida, mas é não sabermos qual é o custo da nossa contrapartida, e foi essa a pergunta que eu fiz ??? exatamente o acordo ??? . O Sr. Presidente disse que essa era a nossa contrapartida, e portanto, ??? para percebermos quantos meses de higiene urbana estão ali. Mas, eu percebo, as contas não estão feitas, e não há problema nenhum em não estarem feitas. O que eu lhe peço, e assim como não há problema nenhum em confiar nas pessoas, e todos nós estamos a confiar, somos nós todos que aqui aprovamos e temos que confiar ??? um promotor conhecido, e não tem ??? . Eu não vou inviabilizar uma receita de cinquenta mil euros (50.000€) para a Junta; o que eu gostava que ficasse aqui claro é que, nos próximos protocolos, não existam protocolos em que o dano da utilização do espaço pode ser superior, consideravelmente superior à receita, e em caso de que estamos a falar de privados, não estamos a falar de associações culturais, nem de protocolos de apoio desportivo, sempre que estamos a falar de entidades privadas com capacidade financeira, peço respeitosamente, Sr. Presidente, porque não quero, e não vou inviabilizar isto, não vou inviabilizar a receita, mas peço que da próxima vez, e nos próximos protocolos, esta Junta de Freguesia traga à Assembleia os protocolos com garantia, para podermos ter a certeza de que não é só uma questão de confiança na idoneidade das pessoas, até para sabermos que não vai custar mais a todos, como já aconteceu no passado, recuperar aquilo. Portanto, é só este cuidado que eu pedi, que seja feito de outra forma, mas que isto esteja acautelado das próximas vezes.

**--- Presidente do Executivo ---**

Deve haver uma confusão, nós não vamos fazer nada mais, a higiene urbana é à volta, e não é um esforço significativo, é o procedimento normal. Isto é, vamos lá ver se nos entendemos, reparem uma coisa, aquilo não é ??? aquilo é uma exposição que vai ter algumas pessoas por lá, com certeza, não sei se vai ter uma grande fila, ou não, mas não vai dar assim grandes lixos. E portanto, é o nosso procedimento normal, da nossa higiene urbana; eventualmente podemos reforçar, com um ou dois homens, mas é o procedimento normal, que é cá fora, não é lá dentro,



atenção. Portanto, obviamente, interessa-nos ter alguma contrapartida, e dizermos que apoiamos com a higiene urbana, mas é naquela parte cá fora, em que já faziam esse serviço. Aquilo não é uma Feira Popular.

Agora, uma garantia, já não me lembro quanto é que é, mas eu prefiro ficar com o dinheiro, do que estar a dar dinheiro aos bancos. É que de outra forma, isto podia ser inviabilizado. É que isto é tudo muito bonito, da outra vez – não estava cá – aqueles senhores queriam que eu pedisse dois milhões de euros (2.000.000€) ??? muito pouco ??? . Desculpem lá, mas quem faz uma proposta destas, não percebe nada da situação, dois milhões (2.000.000€) é praticamente inviável. Portanto, cem mil (100.000€) foi o que conseguimos, mais ninguém deu mais, e mesmo assim ??? . Agora, ??? uma garantia é muito cara, é uma forma de crédito ??? garantia ??? e não só naquele, como às outras, dos dinossauros ??? menos pesadas.

--- ??? ---

Eu peço desculpa, mas com a intervenção do Sr. Presidente, eu não percebi se o Sr. Presidente se estava a dirigir, ou não, a estes senhores desta Bancada ??? dois milhões de euros (2.000.000€), não percebi.

Mas, gostaria também de perceber outra coisa, que era relativamente agora a este sistema de alimentação de eletricidade, que é feito por uma infraestrutura que foi agora, numa última intervenção, melhorada por parte da Junta de Freguesia, se a alimentação elétrica está incluída, ou seja, se o pagamento da eletricidade para este evento, se está programado ser feito através dos contadores da Junta de Freguesia, ou se são autónomos. Não é dito, não há essa informação, e já agora, gostaríamos também de saber.

--- **Fernanda Santos (PS)** ---

Só para acrescentar, em relação a isto que foi dito, que, efetivamente, se os “senhores” eramos nós, nunca foi referido por nós o valor de dois milhões (2.000.000€) na ocupação do espaço do Terreiro das Missas; na altura, o que foi questionado era qual era o critério de ocupação do espaço público, exatamente para não se verificar o que agora se está aqui a verificar, que é uma exposição que esteve por cem mil (100.000€), outra está por cinquenta (50.000€), a próxima não sabemos quanto será. E portanto, na altura, o que foi referido pela Bancada foi solicitar qual é que era o critério da ocupação do espaço público para a fixação do preço. Foi isso que foi aqui dito por nós, “aqueles senhores”.

--- **Presidente do Executivo** ---

??? Srs. Representantes da Bancada, membros da Assembleia do Partido Socialista, da última vez fizeram-me uma pergunta, por que é que era aquele montante que referia o protocolo, que se fossemos fazer ??? das taxas ??? inviável, como é evidente. ??? dois milhões (2.000.000€) tornava praticamente inviável uma situação daquelas. Os senhores persistiram nisso, e chumbaram a proposta, que era apoiada pelo PS na Câmara, mas não interessa, isso é um problema internos dos senhores, lá no vosso Partido.

Agora, o que se passa é que ??? os dois milhões (2.000.000€), e persistiram teimosamente nisso. Agora, ??? protocolo, senão não era viável.

Quanto à eletricidade, é evidente que não vamos – isto é uma coisa que demora alguns meses, e vai ter alguns custos de eletricidade, mas é evidente que nós não vamos ter quaisquer custos, mais, até os pus a tratar diretamente dessa situação, que é complicada, com a EDP, e tal, a tratarem disso também ??? tratarem diretamente com a Direção Geral de Património Cultural, e com a Câmara Municipal de Lisboa também diretamente. Está subentendido que é assim.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade.* -----

PONTO 8 – Apreciação e aprovação do procedimento de seleção para a atribuição de Licenças de Ocupação do Espaço Público para equipamentos adaptados para o exercício de atividades de restauração e bebidas e venda ambulante de carácter não sedentário em zona EVENE da freguesia de Belém

**--- Fernanda Santos (PS) ---**

É só ??? com uma resposta que também espero breve, uma resposta breve e simples. Relativamente a este regulamento, aquilo que gostaríamos de saber é se também está previsto pelo Executivo haver algum limite à atribuição das licenças. Ou seja, face à pressão turística que temos e ao interesse comercial da nossa freguesia, gostaríamos de saber até que limite nós atribuímos as licenças para ocupação do espaço público – cinquenta, cem, duzentos, mil – qual é a perspetiva da Junta, a partir de que momento é que limita a atribuição destas licenças, para que também não seja prejudicial ao espaço público e à vida dos fregueses.

**--- Josué Caldeira (PCP) ---**

Sr. Presidente, é só para também fazer dois pedidos de esclarecimento, mas por falta de conhecimento. Um é que estava aqui a tentar resolver este problema com o Pedro, não sei o que é a Zona EVENE, que está referida no protocolo.

E outra questão é a seguinte, é se a implementação, se este regulamento tem algum mapa por trás, isto é, se há locais predefinidos para a sua implementação, ou para a sua delimitação, e isso não é claro no texto, também não vem nenhuma informação adicional sobre esta matéria, não fiquei a perceber.

**--- Presidente do Executivo ---**

Este regulamento é precisamente para dar ainda maior transparência à que existe, que é evidente. Não estou a dizer que há uma arbitrariedade, mas há alguma discricionariedade, como é evidente, e nós queremos ir eliminando isto. Obviamente que isto foi ??? espaço público da Câmara, que tem mais experiência nesta matéria, e definimos com a Câmara a Zona EVENE, que é a zona estrutural de Belém – a Zona EVENE é uma zona estrutural, que vai desde o MAT até à Torre de Belém e até aqui ao Jerónimos, esta zona aqui, Zona EVENE, é a parte do Belém histórico. É uma zona estrutural ??? Zona EVENE é uma zona estrutural ???.

Agora, de qualquer forma, o que eu lhes quero dizer é o seguinte: neste aqui, neste regulamento que está aqui, estão os trinta e um lugares que foram contratados. Como é uma zona estrutural, tem uma dupla tutela, Câmara e Junta – normalmente, as receitas são da Junta, a Câmara tem outras coisas que às vezes também põe por causa daquela dívida ??? isso são outras coisas ??? que é uma associação ??? os acordos com a Câmara, e que nós honramos isso ??? associação dos comerciantes de castanhas e de gelados. Mas, isto é para outro tipo de situações ???. Há trinta e um lugares que foram predefinidos no mapa, que estão lá como lugares definidos, de lugares que são da Junta – não estou a dizer dentro da Torre de Belém, lá na zona verde, porque isso é da Câmara, nem nos territórios da Câmara, que são a Torre de Belém, são o Jardim da Praça Afonso de Albuquerque, e são o Jardim da Praça do Império, lá dentro. Portanto, esses até agora estão ocupados ??? para a Junta, ??? os melhores projetos, e depois ??? processo, e as pessoas estão lá a trabalhar. ??? três em três meses, para ver se talvez começamos a partir do dia 1 em força, porque isto tem uma série de trâmites, isto depois é aprovado, este regulamento, também num prazo, para depois se começar a decidir ??? as propostas, tem que ser nomeado um júri também. E por isso mesmo, estamos a tentar dar mais transparência. Eu admito que isto, pronto, temos que ter algum cuidado para não deixar também muita discricionariedade a mais – tem que haver alguma discricionariedade, como é evidente, mas, pronto, com a maior clareza possível. E é esse esforço que estamos a fazer. Já queria isto há mais tempo feito, mas estamos a tentar, neste momento, ter isso, para que no dia 1 de janeiro ??? nestas condições. Obviamente ??? na freguesia que continua com essa discricionariedade, ??? vamos seguindo caso a caso. Agora, para a Zona EVENE, que é aquela onde, realmente, toda a gente quer, é que teve que ser mesmo definido, em conjunto com a Câmara, para que, realmente, isto ficasse definido. ??? há esse limite de lugares.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----*

## PONTO 9 – Apreciação e aprovação das alterações ao Regimento dos Clubes Paula Vicente para o ano letivo 2019/2020

### **--- Fernanda Santos (PS) ---**

Não tinha nenhuma matéria concreta sobre os próprios regimentos e regulamentos, mas gostaria de reforçar, após as associações de pais que estiveram aqui na reunião extraordinária sobre o tema da educação, nomeadamente a mãe Cláudia Moreira, e que me parece importante reforçar o que foi dito e testemunhado por estes pais e encarregados de educação, porque voltamos novamente a preparar o ano letivo, as AEC's, as CAF's, as AAAF's, e aquilo que foi dito aqui pelos pais foi da maior relevância, e por isso gostaria de frisar, porque novamente hoje ouvimos o Sr. Presidente a referir-se, relativamente à dificuldade que tem na contratação de professores e monitores nas AEC's, porque tem um horário muito reduzido. Na altura, os pais fizeram um esforço de trabalho para consultar todos os Agrupamentos, e portanto, encontraram eles próprios soluções que aqui deixaram, e eu gostaria de reforçar, ??? de uma hora, ou duas, pode ser resolvido se houver um agrupamento de horas, nomeadamente dezoito horas, que estes horários estejam dentro dos tempos letivos, e que assim se pode tornar mais interessante para a contratação de professores para estas AEC's.

Também referiram, Sr. Presidente, que era muito importante ter uma divulgação atempada dos concursos, e por meios com maior expressão, para que pudesse haver professores interessados nos mesmos.

Também pediram na altura, porque recebiam queixas dos próprios professores que acompanhavam estas atividades, que era importante haver um maior acompanhamento por parte da Junta e um maior apoio no desenvolvimento das atividades. Também pediram mais informação aos pais, pediram também mais material de apoio às atividades que são desenvolvidas, porque parece que o mesmo é escasso. Pediram também que fossem realizadas parcerias com agentes culturais para tornar mais interessantes estas iniciativas, pediram nomeadamente para as CAF's que houvesse mais formação para os coordenadores, para resolverem conflitos, nomeadamente formações na área da parentalidade, do comportamento. Também pediram que houvesse uma apresentação inicial destas atividades aos pais, aos próprios monitores, do próprio projeto educativo, que efetivamente também nunca tivemos conhecimento nesta Assembleia de Freguesia – todos os anos nos são apresentados os regimentos e os regulamentos, mas nunca conhecemos qual é que é, efetivamente, o projeto educativo que é desenvolvido em todas estas atividades que têm expressão e relevância junto das nossas crianças e dos nossos jovens. Houve, aliás, uma mãe, que eu acho que nos deixou sensibilizados para a necessidade de darmos mais atenção às necessidades educativas de alguns alunos, necessidades especiais.

E portanto, Sr. Presidente, este é só um testemunho para reforçar aquilo que foi dito, uma vez que voltamos a preparar um novo ano letivo, está tudo transcrito na ata, e portanto, seria da maior relevância que pudesse dar atenção àquilo que por nós tem sido aqui dito, e que os pais também aqui deixaram testemunhado, para que o próximo ano letivo seja um ano que comece da melhor maneira para todas as crianças, face a tantas dificuldades que já têm, com as escolas aqui da nossa freguesia.

**--- Presidente do Executivo ---**

Muito obrigado por essas suas simpáticas palavras, é uma forma ??? aliás, é a única em Lisboa, senão mesmo em Portugal ??? em que, realmente, os pais podem deixar as crianças devidamente orientadas, durante a tarde, sem estarem sozinhas, das duas e meia às seis e meia, com diversas atividades, sem pagar ??? no máximo doze euros (12€) por criança, consoante o que ganhe ??? durante o mês. É um grande esforço que nós fazemos, mas é um grande investimento nas famílias e nas pessoas, e sabemos que isto é muito apreciado, porque, realmente, as pessoas trabalham, têm dificuldade em ter as crianças, e são orientadas nestes projetos de educação, de desporto e cultura. Por isso mesmo, obviamente vamos ter a máxima atenção a tudo isto, que continua a ser um sucesso.

*Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----*

PONTO 10 – Apreciação e aprovação do Regulamento das Atividades de Animação e Apoio à Família e Componente de Apoio à Família 2019/2020

Colocado a votação, foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

## PONTO 11 – Informação escrita do Presidente

### --- Óscar Rodrigues (PS) ---

Estamos descansados, e agora, não em jeito de brincadeira, mas uma observação consistente e reiterada, mais uma vez continuamos cansados do mesmo tipo de informação. Isto é uma informação que é um boletim de propaganda do Sr. Presidente da Junta, que de sumo, tem pouco. Tem sempre informação muito vaga, nós andamos a dizer isto há dois mandatos. Espero que o Sr. Presidente melhore um bocadinho a apresentação e o conteúdo, ???.

### --- Presidente do Executivo ---

??? informação escrita definida por Lei, em que o meu antecessor nunca fez uma única informação escrita, e era do seu Partido. E eu tenho cumprido sempre com as informações. Agora, também vos vou dizer uma coisa: eu sou deputado municipal da Assembleia Municipal de Lisboa, e vejo as várias Oposições – que há várias, até a “geringonça”, também são Oposição às vezes – e estão sempre a bater no Sr. Presidente Fernando Medina, também a dizer que o relatório está mal feito, por isto, por aquilo, isto é normal, infelizmente a Oposição só sabe ????. Na Assembleia Municipal acontece a mesma coisa, em relação ao Presidente Socialista, Fernando Medina, e aqui acontece isso, não têm mais nada para dizer, eu respeito.

## ENCERRAMENTO DA SESSÃO

---Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi feita a leitura da Minuta da Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Belém 2019 pela 1.ª Secretária e colocada a votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, com a finalidade de conferir eficácia imediata às deliberações aprovadas. -----

### --- Presidente da Mesa ---

Finalmente, chegou-me aqui um pedido por parte do PSD, para ficar registado em ata, para os devidos efeitos, que Isabel Sullivan e Maria Manuel Sequeira estiveram presentes em todo o tempo que durou a Assembleia. Presumo que tenha a ver com o facto de na lista que apresentaram para a Assembleia de Freguesia Isabel Sullivan e Maria Manuela Sequeira estarem à frente do Josué Caldeira, e nesse contexto, o PSD pediu para que ficasse registado. É um pedido que me apresentaram do PSD, eu não acho mal nenhum em registá-lo, mas se eventualmente a Assembleia entender que não deve ser feito, eu ponho à votação se deve constar, ou não, este registo. É tudo quanto tenho a dizer. De qualquer maneira, em princípio, já está registado em ata, e registado ficará.

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada por todos os elementos que compuseram a Mesa da Assembleia. -----

.....  
Presidente da Assembleia de Freguesia

.....  
1ª Secretária

.....  
2º Secretário